

ANÁLISE DAS QUALIDADES DISCURSIVAS DE REDAÇÕES DISSERTATIVAS NOS MOLDES DO ENEM¹

Analysis of the discursive qualities of ENEM argumentative essays

Gabriela Rodrigues Vicente²

Fabiana Cardoso Fidelis³

Resumo: Este estudo busca analisar as qualidades discursivas de textos do gênero dissertativo-argumentativo avaliadas nos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir de critérios como unidade temática, objetividade, concretude e questionamento, baseados na teoria de Paulo Coimbra Guedes. Para isso, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, avaliando redações de alunos do 3º ano do ensino médio da rede pública do Rio Grande do Sul, em uma escola de Porto Alegre. Os textos examinados foram produzidos no contexto da disciplina "Redação - Aprofundamento ENEM", inserida no currículo estadual em 2024. Na construção da análise foram consideradas as cinco competências avaliativas do ENEM e as qualidades discursivas propostas por Paulo Coimbra Guedes. A análise revelou que em textos nos quais as qualidades discursivas estão bem empregadas também se identifica um melhor desempenho nas competências avaliativas do ENEM. Portanto, destaca-se que é preciso rever o ensino de produção textual, e a incorporação das qualidades discursivas propostas por Guedes pode contribuir para isso.

Palavras-chave: ENEM. Qualidades discursivas. Ensino de escrita.

Abstract: This study aims to analyze the discursive qualities of argumentative-essay texts assessed according to the standards of the National High School Exam (ENEM) based on criteria such as thematic unity, objectivity, concreteness, and questioning, grounded in the theory of Paulo Coimbra Guedes. The research employs a qualitative approach, evaluating essays from third-year public high school students in Rio Grande do Sul, in a school in Porto Alegre. The texts analyzed were produced in the context of the course "Essay Writing - ENEM Advanced Studies," introduced into the state curriculum in 2024. The analysis considered the five evaluative competencies of the ENEM and the discursive qualities proposed by Paulo Coimbra Guedes. The findings revealed that texts where discursive qualities are well applied also demonstrate better performance in the ENEM's evaluative

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo, apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Linguagens Contemporâneas e Ensino do Campus Canoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista Linguagens Contemporâneas e Ensino.

² Estudante do curso de pós-graduação em Linguagens Contemporâneas e Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS Canoas. Professora de Língua Portuguesa e Redação na rede pública estadual do Rio Grande do Sul. <http://lattes.cnpq.br/5571738249587966>. gabrielarodriguesvicente@gmail.com.

³ Orientador(a). Mestre em Letras pela UFRGS e Doutora em Literatura pela UFSC. Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS Canoas. <http://lattes.cnpq.br/2027109775652009>. fabiana.fidelis@canoas.ifrs.edu.br.

competencies. Therefore, it highlights the need to reassess the teaching of essay writing, suggesting that incorporating the discursive qualities proposed by Guedes could contribute to this improvement.

Keywords: ENEM. Discursive qualities. Writing instruction.

1 Introdução

Ensinar a escrever melhor é uma tarefa desafiadora para os professores do ensino médio. Por um lado, faltam propostas interessantes relacionadas às práticas de leitura e escrita e, ainda, a língua portuguesa escrita apresenta uma grande complexidade aos olhos dos estudantes. A ausência de propostas interessantes para práticas de leitura e escrita decorre, em parte, de currículos engessados e da falta de materiais didáticos atualizados que valorizem uma abordagem mais criativa e significativa. O próprio professor, sobrecarregado e preso a uma rotina intensa, pode encontrar dificuldades para elaborar propostas inovadoras. Por outro lado, há pouca promoção de uma aprendizagem que dê conta do ensino de textos em situações interativas mais próximas de um contexto real de uso. Desse modo, as aulas muitas vezes focam na instrução prescrita do uso da gramática descontextualizada e não aplicada a situações discursivas, evidenciando uma distância entre língua e texto que não deveria existir. Esses fatores acarretam uma grande resistência ao exercício da escrita em contextos formais, que são os mais exigidos no ambiente escolar. Essa resistência acompanha os estudantes em todos os níveis da educação básica e não é incomum também nos cursos superiores, quando dão continuidade aos estudos.

Um dos gêneros textuais formais mais recorrentes no ensino médio é o dissertativo-argumentativo, caracterizado pela tipologia argumentativa. Essa tipologia estrutura textos cuja finalidade é defender uma ideia por meio de argumentos que busquem convencer ou persuadir o leitor. Em geral, sua organização segue um padrão: apresenta-se uma tese sobre um tema e, em seguida, busca-se comprová-la com o uso de argumentos, dados, repertórios, exemplos e explicações. No contexto escolar, esse tipo de texto é exigido com o objetivo de desenvolver competências como a formulação de argumentos, a seleção de informações pertinentes, a discussão de temas com base em problemas reais, a resolução de problemas, o embasamento teórico como forma de sustentação dos argumentos, entre outros domínios importantes para a formação discente e cidadã dos estudantes.

Nesse contexto, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) exige a escrita de um texto do gênero dissertativo-argumentativo na prova de redação, com o objetivo de avaliar a capacidade dos candidatos de defender uma tese de forma clara e bem fundamentada, mostrando a aplicação de habilidades desenvolvidas durante o ensino básico. O exame busca identificar se os estudantes conseguem escrever sobre um tema cujo assunto é uma problemática social, organizar suas ideias, apresentar repertório sociocultural para embasar a argumentação, demonstrar coesão e coerência e, por fim, propor uma solução para o problema. Assim, a exigência desse gênero pela banca analisa a capacidade de construção de um discurso crítico e consciente sobre questões relevantes para a sociedade.

No entanto, há um problema na forma como o ensino de produção textual acontece no ensino médio, que tem a ver com a falta de entendimento acerca da funcionalidade dos gêneros. Sobre gêneros textuais, Marcuschi (2010, p.22) aponta que:

Partimos do pressuposto básico de que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por um gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Em outros termos, partimos da ideia de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual.

O autor ainda reitera que essa posição sobre gênero é defendida por outros estudiosos da língua, como Bakhtin⁴, assim como “adotada pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais.” (Marchuschi, 2010, p.22). Desse modo, é importante considerar a natureza funcional do gênero textual. Apesar dessa compreensão ampla sobre gênero, o discente, na maioria das vezes, não tem uma base suficiente para produzir um texto, pois muitas das vezes que trabalhou com algum gênero textual formal, ele o fez a partir de uma análise das características gramaticais dos textos e não considerando sua natureza funcional, ou seja, seu uso prático em uma situação comunicativa.

No contexto de produção do gênero dissertativo-argumentativo para redações de vestibular e ENEM, construir um projeto de redação estratégico é tão difícil que os alunos, ao se prepararem para a prova, recorrem a modelos prontos por meio de protótipos disponibilizados na internet, que sugerem uma “fórmula” para escrita. Também é comum que os professores de ensino regular referendam estes modelos, replicando-os em sala de aula. Contudo, as redações baseadas em fórmulas, sem uma autoria, tornam o texto engessado e artificial, pois o modelo pronto nem sempre irá dar conta da discussão proposta pelo comando temático em questão. Logo, considerando a demanda da escrita do gênero dissertativo-argumentativo, esta pesquisa propõe uma investigação sobre a escrita da redação para o ENEM, cujo resultado influencia diretamente a seleção do aluno para o ingresso em cursos superiores.

Para a construção deste estudo, foi utilizada a abordagem qualitativa dos textos produzidos pelos alunos em contexto de aulas. A revisão da literatura buscou investigar nos periódicos acadêmicos publicados e, principalmente na obra do professor Paulo Coimbra Guedes, as teorias acerca da escrita de textos dissertativos de qualidade. O manual disponível para participantes de redação do ENEM também foi examinado, seguido pelo levantamento de como são propostas as práticas de ensino de redação na rede pública estadual, a partir do documento “Material de Apoio - Aprofundamento ENEM - Redação”, disponibilizado acerca da ementa da disciplina pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Além disso, conduziu-se uma análise de redações com foco nas cinco competências norteadoras de avaliação do texto e nas quatro qualidades discursivas discutidas pelo autor Paulo Coimbra Guedes. Para isso, os textos escritos por alunos do terceiro ano do ensino médio da rede pública estadual de Porto Alegre, na disciplina de Redação - Aprofundamento ENEM, foram utilizados como objeto de análise.

2 O ensino da escrita

O foco deste trabalho é o ensino da escrita, mas seria impossível abordar isso sem antes apresentar a definição do que entendo por ensinar. Assim, enquanto professora de língua portuguesa e redação, ao me propor a realização de uma pesquisa sobre o ensino da escrita, preciso questionar o meu fazer docente e refletir sobre ele.

O grande responsável por aquilo que entendo por ensinar é o educador Paulo Freire. Em seu livro “Pedagogia da autonomia”, Paulo Freire define determinadas conceituações acerca de saberes necessários à prática educativa. Dentre os saberes elencados por Freire (2020), está a ideia de que ensinar não se baseia em transferir conhecimentos, mas criar

⁴ Mikhail Bakhtin é uma das referências do autor mencionado. Ele foi um linguista e filósofo russo cujos estudos sobre linguagem abordaram a natureza dos gêneros textuais e o diálogo como elemento central na comunicação. Em sua obra “Estética da criação verbal” (1997), ele destaca como os gêneros discursivos são moldados pelo contexto social e pelas interações entre indivíduos.

possibilidades para a construção do conhecimento de cada educando. Essa ideia não apenas questiona a metodologia meramente expositiva de muitas aulas, mas a reprodução de verdades absolutas reforçadas em muitos ambientes educacionais. O problema das verdades absolutas está no fato de que elas excluem do processo a possibilidade de questionamento, resultando, a longo prazo, em estudantes sem senso crítico.

A transmissão de conhecimento, no entanto, foi uma realidade no contexto do ensino de língua portuguesa por muito tempo. Esse olhar tem sido contestado pela modernidade e pelo advento das metodologias modernas de ensino, o que modificou a forma de ensinar a língua portuguesa para parte dos educadores, mas não necessariamente a forma de se avaliar a escrita dos estudantes.

Acerca do ensino de produção de textos dissertativo-argumentativos, é preciso problematizar o fato de o desempenho gramatical do aluno muitas vezes ser o que basta para que ele seja avaliado, de forma que o nível de conhecimento gramatical é mais apreciado do que a comunicatividade de sua produção escrita. A autora Irandé Antunes, em sua obra “Muito além da gramática”, defende um ensino no qual se deve considerar que os alunos já sabem gramática, afinal utilizam a língua a partir de uma gramática internalizada. Isso significa que os docentes precisam ressignificar seus métodos, priorizando a comunicação e a interação discursiva. A autora considera que:

Certas atividades escolares, supostamente atividades para se ensinar gramática, acabam por descaracterizar o que é fundamental na linguagem, que é permitir uma interação com a troca de sentido e de intenções. Não surpreende, assim, que os alunos submetidos a esse tipo de atividade retraiam não só o gosto por escrever como ainda a necessária competência para escrever bem. (Antunes, 2007, p.61).

A visão do exercício da escrita como uma atividade que carrega troca de sentido e intenção permite uma melhor compreensão de que o texto serve à comunicação e, ainda que as normas gramaticais sejam importantes para organização da escrita, a gramática normativa não deve se sobressair a ponto de ter mais valor do que o conteúdo do texto e a mensagem que ele passa. Nesse viés, a professora e pesquisadora Jane Naujorks corrobora essa ideia ao problematizar a avaliação textual como algo que prioriza a gramática:

Aprende-se gramática enquanto o texto fica excluído, ou melhor dizendo, o texto é tratado como mais um conteúdo que deve ser aprendido em um bimestre ou trimestre específico. E, no momento em que “aprendido”, o que se faz é averiguar se o aluno assimilou o ensino gramatical, o resto, o conteúdo do texto não interessa. (Naujorks, 2004, p.94)

Considerando esse ponto de vista e o pensamento de Paulo Freire sobre ensinar, entende-se que tanto no ensino quanto na correção das redações, a escrita do aluno precisa ser analisada com base na expressão de ideias e pontos de vista, e não somente corrigida com base em normas gramaticais. As aulas de língua portuguesa, então, não podem se basear apenas na transmissão de conhecimentos gramaticais e na correção gramatical de textos, mas ceder espaço à crítica em relação ao uso da língua e à forma como ela é usada para expressar ideias no momento de escrever.

Se Freire é o responsável por aquilo que entendo por ensinar, ele também é responsável por me fazer aprimorar minha prática: “Ensinar exige pesquisa” (Freire, 2020, p.30). Com essa motivação, este trabalho tem por finalidade realizar uma análise do ensino de redação do ENEM, com o qual trabalho há quatro anos como corretora e professora. Por trabalhar há alguns anos com redações do modelo ENEM, baseio meu estudo não apenas em teorias acadêmicas, mas em minha experiência pedagógica, entendendo que as experiências em sala de aula transcendem as construções teóricas.

3 Exame Nacional do Ensino Médio

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Atualmente, o exame não só avalia anualmente o desempenho dos estudantes ao final desse nível, como também é um dos principais métodos utilizados para ingresso ao ensino superior, visto que as universidades públicas e privadas adotaram a forma de ingresso mediante programas do governo - como SISU (Sistema de Seleção Unificada), PROUNI (Programa universidade para todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) -, que utilizam a nota obtida no ENEM. Ademais, no caso dos alunos que não finalizaram o ensino básico em idade regular, o resultado da avaliação possibilita receber a certificação de conclusão do ensino médio. O exame é composto por quatro provas objetivas das diferentes áreas do conhecimento - linguagens e suas tecnologias, matemática, natureza e humanas - e uma prova dissertativa de redação.

A prova de redação exige do candidato a escrita de um texto dissertativo-argumentativo sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. A respeito da prova discursiva, a cada ano o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP divulga uma cartilha para os participantes com instruções acerca de como será avaliada a redação. O mais recente manual publicado traz a seguinte orientação inicial:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas ao longo de sua formação, ou seja, ao final do ensino médio. Nessa redação, você deverá defender um ponto de vista — uma opinião a respeito do tema proposto —, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Para tanto, deverá selecionar, organizar e relacionar, também de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa do seu ponto de vista. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Por fim, essa proposta deve respeitar os direitos humanos. (BRASIL, 2024, p.07)

A banca de avaliação utiliza, para a correção dos textos, cinco competências que devem ter sido desenvolvidas no decorrer dos anos de escolaridade dos candidatos. São elas:

Tabela 1: Critérios avaliativos da redação ENEM

Competência I	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência II	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência III	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência IV	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência V	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Brasil (2023)

O manual disponibilizado aos candidatos apresenta, ainda, uma explicação detalhada acerca de cada uma das competências, ilustrada a partir de exemplos, contando também com uma amostra de redações comentadas que tiraram nota máxima (mil) no ano anterior à publicação do documento. Sobre isso, a Competência 1 (C1) pode ser definida como a avaliação do domínio gramatical. A Competência 2 (C2) define-se como a avaliação do atendimento ao tema e à tipologia, assim como a aplicação de um repertório sociocultural que seja legitimado (referenciado e ligado a alguma área do conhecimento), pertinente (associado ao tema e/ou à discussão que está sendo feita) e produtivo (apresenta uma contribuição para a argumentação). A Competência 3 (C3) se resume pela avaliação do projeto de texto, incluindo aspecto como organização estrutural do parágrafo, e do desenvolvimento temático, que compreende a análise da discussão feita e seus desdobramentos. A Competência 4 (C4) avalia a coesão textual. Sua análise é feita a partir do uso de elementos conectivos referenciais e sequenciais. Os conectivos sequenciais são avaliados em relação à correta aplicação e também à quantidade desses elementos. A Competência 5 (C5) avalia a intervenção realizada, geralmente no espaço da conclusão, e seus elementos. De acordo com o manual, o aluno deve desenvolver uma proposta interventiva para o problema discutido no texto.

A orientação do Manual do candidato referente à abordagem da proposta textual e desenvolvimento do texto no aspecto do conteúdo é a seguinte:

Ao elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas: 1) O que é possível apresentar como solução para o problema? 2) Quem deve executá-la? 3) Como viabilizar essa solução? 4) Qual efeito ela pode alcançar? 5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta? (Brasil, p.29, 2024)

Em relação à avaliação dos textos, é esclarecido também que cada redação será corrigida por dois avaliadores. Os avaliadores, de forma independente, atribuirão uma nota de zero a 200 pontos para cada uma das competências, sendo: nível zero (zero ponto), nível um (40 pontos), nível 2 (80 pontos), nível 3 (120 pontos), nível 4 (160 pontos) e nível 5 (200 pontos). A nota final do participante será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores. Em caso de discrepância, caracterizada por uma diferença de 100 pontos no total ou de 80 pontos em alguma competência, o material determina que um terceiro corretor será acionado, fazendo a média aritmética das duas notas totais que mais se aproximarem entre as três. Como último recurso, em caso de a discrepância persistir, é acionada uma banca composta por três avaliadores, que decidirá a nota final do participante.

Entende-se, portanto, que a nota atribuída para cada redação considera uma adequação dos textos aos moldes feitos pelas competências. Visto isso, o material aponta: “Ainda que entendamos que o texto é uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade, a avaliação dos textos é separada por competências, o que torna o processo mais objetivo” (Brasil, 2024, p.12). Entretanto, na avaliação segmentada em competências, há o risco de o candidato priorizar o atendimento a esses critérios de forma isolada, em vez de se concentrar na construção de um discurso fluido e coeso. Isso, em parte, explica a utilização de moldes prontos dos textos durante o processo de aprendizagem tanto por professores quanto por estudantes. A padronização dos textos por meio de modelos prontos pode prejudicar a qualidade discursiva, pois o estudante escreverá textos que atendem tecnicamente às competências, mas que não têm uma argumentação natural ou um desdobramento de ideias claras, tornando o texto artificial e sem autoria.

Embora os candidatos tenham uma orientação, a partir do Manual do candidato publicado, de como seu preparo para a prova deve ser, nota-se uma imensa dificuldade na produção da redação, ilustrada pelo desempenho das médias alcançadas pelos participantes

em 2023. No ano de 2023, que contou com 766.960 participantes, a média de desempenho na prova de redação foi de 641 pontos, ou seja, 64,1%, considerando que a nota máxima é mil. Os dados apontam também que apenas 60 participantes entre o total de 766.960 atingiram a nota máxima (1000), dos quais somente quatro eram alunos de escolas públicas. No Rio Grande do Sul, 6 candidatos tiveram nota mil, mas nenhum deles era aluno de escola pública.

3.1 Disciplina de “Redação - Aprofundamento ENEM”

A inserção da disciplina de Redação no currículo escolar da rede pública estadual do Rio Grande do Sul ocorreu no ano de 2024. O “Material de Apoio Aprofundamento ENEM - Redação” esclarece que a implementação das disciplinas de aprofundamento ENEM aconteceu após uma escuta realizada em 2023 com os estudantes da 2ª série do ensino médio, que demandaram a inserção de mais disciplinas associadas à prova de redação e à resolução de problemas matemáticos. O manual aponta:

Assim, a Matriz Curricular estabelecida pela PORTARIA SEDUC/RS Nº 551/2023 para a 2ª e 3ª série do Ensino Médio em 2024 apresenta uma inovação significativa: a inclusão do aprofundamento curricular denominado “Aprofundamento ENEM”, composto por dois componentes principais: o componente curricular de Redação e o componente curricular de Resolução de Problemas. (Brasil, p.09, 2024)

Esta solicitação dos estudantes, acatada pela SEDUC, vem ao encontro da necessidade de melhorar os índices de desempenho dos alunos das escolas estaduais do Rio Grande do Sul no ENEM. Segundo dados do material “Sinopse Estatística do Enem 2023” (INEP), dos estudantes das escolas estaduais, 68% obtiveram nota inferior a 700 na redação do ENEM 2023, enquanto 32% alcançaram entre 700 e 980, não havendo registros de notas máximas (1.000). A obtenção de nota inferior a 700 pontos pela maioria dos alunos demonstra uma dificuldade na competência da escrita. A expectativa é de que a inserção da disciplina de Redação, portanto, ajude a melhorar esses índices nos próximos anos.

O material de preparação concedido ao professor da disciplina, “Material de Apoio Aprofundamento ENEM - Redação”, está disponível no site Ensino Médio Gaúcho e possui 25 páginas. Seu conteúdo traz um breve esclarecimento sobre cada competência da redação, algumas sugestões de atividades e metodologias para aplicar em aula e uma explicação sobre a matriz de referência da prova.

4 Qualidades discursivas de textos dissertativos

O professor e pesquisador brasileiro na área de linguística e estudos da linguagem, Paulo Coimbra Guedes, na sua obra “Da redação à produção textual: o ensino da escrita”, enfoca o ensino da escrita e a análise de textos. Guedes (2009, p.66) elenca quatro qualidades textuais: *unidade temática*, *objetividade*, *concretude* e *questionamento*. Essas qualidades, juntas, permitem realizar a avaliação do bom desempenho da discursividade (relacionada ao uso da linguagem no contexto social e histórico) e da textualidade (relacionada à estrutura e organização dos elementos textuais) presentes em bons textos, entre os quais estão os do gênero dissertativo⁵.

⁵ Guedes usa o termo “dissertativo” em sua teoria, mas aqui adotaremos o termo “dissertativo-argumentativo” para fazer menção aos textos produzidos nos moldes do ENEM, pois é assim que a banca os chama. Em seu livro, o autor se refere à dissertativo o texto “que argumenta a partir de uma teoria” (Guedes, 2009, p. 259), então trata-se do mesmo gênero.

A *unidade temática* pode ser caracterizada pela presença de uma ideia predominante em um texto; a *objetividade* é a exposição clara e objetiva daquilo que é dito; a *concretude* é a importância de que o texto evidencie a habilidade que o redator tem de ilustrar, exemplificar e desenvolver ideias sem que o leitor precise inferir ou interpretar aquilo que está sendo dito; e o *questionamento* é a necessidade de envolver o leitor em uma questão central a qual o texto se propõe a questionar, expor, argumentar e resolver. A seguir serão explicadas cada uma das qualidades discursivas de forma mais detalhada.

4.1 Unidade temática

A primeira das qualidades discursivas elencadas pelo autor Paulo Guedes é a unidade temática. A respeito dela, determina-se que um texto precisa apresentar uma ideia predominante, explorada a partir da especificidade que o tema apresenta, pois “dissertações que tentam tratar de temas amplos correm o risco de apenas repisar as generalidades mais óbvias conhecidas a respeito do assunto ou de apenas alinhar ideias amplas de uma posição interessante a respeito dele” (Guedes, 2009, p. 296). Ademais, o autor reforça ainda que a especificidade é uma característica da originalidade, uma vez que quanto mais específica for a ideia, mais chances ela tem de ser original.

Durante o processo de ensino e aprendizagem, é comum identificar nas redações produzidas de acordo com modelo ENEM, a falta de unidade temática.⁶ Isso resulta principalmente em textos que, ou reúnem várias ideias secundárias que circundam a ideia central, sem aprofundar nenhuma delas, ou apresentam ideias secundárias que são aprofundadas, mas que em nenhum momento são conectadas ao tema principal, não garantindo uma unidade temática. A falta ou presença de unidade temática corresponde à competência 3 exigida na redação do ENEM, que, entre outros aspectos, inclui o desenvolvimento do tema.

4.2 Objetividade

A objetividade enquanto qualidade discursiva defende a ideia de que um texto precisa apresentar uma “clara delimitação da questão a ser tratada” (Guedes, 2009, p.310), de forma que o leitor esteja ciente do que será abordado e que isso seja exposto de forma clara e objetiva. Paulo Guedes reforça que, para um texto ou discurso ser realmente objetivo e compreensível, é fundamental que o leitor entenda o contexto e os critérios de análise usados para apresentar os fatos, dados e argumentos. Assim, “a objetividade se torna problemática quando o leitor não sabe a partir de onde considerar os fatos, dados e argumentos considerados” (Guedes, 2009, p.300), ou seja, a objetividade é problemática quando não é traçado um ponto de vista.

Para a banca do ENEM, é preciso que o candidato selecione argumentos que componham um ponto de vista sobre o problema temático. Entre as possibilidades de argumentos a respeito de um tema, traçar um ponto de vista seria escolher alguns e formular uma tese a respeito do problema. Essa aplicação, por sua vez, também é avaliada pela competência 3, a qual dita que o candidato deve “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos **em defesa de um ponto de vista.**”

⁶ Como professora da disciplina de Redação em cursos pré-vestibulares, corrijo mais ou menos 50 redações semanalmente, sendo a maioria delas no padrão ENEM.

(Brasil, p.06, 2024, grifo meu). Sobre isso, a falta de um ponto de vista na redação se configura como um problema para a banca e para a construção deste modelo textual.

4.3 Concretude

Acerca da concretude, Paulo Guedes (2009, p. 312) determina: “fundamental para a concretude em um texto dissertativo é a clara definição dos conceitos com que as questões são trabalhadas.” Para evidenciar a concretude textual, o redator deve ilustrar, exemplificar e desenvolver ideias sem que o leitor precise inferir ou interpretar aquilo que está sendo dito. Assim, entende-se que alguns desdobramentos devem ser feitos para que um texto alcance essa qualidade, isso pode ser aplicado a partir de comparações, analogias, exemplos, determinação de contextos importantes como tempo, espaço e demais circunstâncias importantes para uma compreensão geral do texto.

Não é incomum que as redações apresentem a falta de exemplificações que tornem a explicação da argumentação mais clara, o que traz prejuízos para a compreensão textual. No ENEM, a ausência desse elemento pode ser considerada o que a banca chama de “lacuna” (Brasil, p.22, 2024), cujo desconto é feito na nota da Competência 3.

4.4 Questionamento

Por fim, o questionamento refere-se a uma qualidade que o texto apresenta em envolver o leitor em uma questão-problema a ser explorada. De acordo com Guedes, um bom texto deve:

[...] apresentar a seu leitor um problema, uma questão que possa afetá-lo, incomodá-lo, agradá-lo e propor uma solução para esse problema ou equacioná-lo, mostrando o caminho pelo qual ele poderia talvez ser resolvido, ou, ainda, denunciá-lo, trazendo-o ao conhecimento, à consciência do leitor. (Guedes, 2009, p.322-323)

Além disso, os fatos e argumentos utilizados para resolver a questão temática devem ser adequados para que o envolvimento do leitor seja eficaz. Assim, é preciso que se apresentem “[...] provas a favor da posição assumida e provas para mostrar que a posição contrária está equivocada” (Guedes, p.340, 2009). Isso deve ser feito com clareza - formada por uma boa escolha vocabular, uma adequação dos exemplos e uma racional lógica estabelecida entre as ideias apresentadas.

Em redações padrão ENEM, a ausência de questionamento impede que o leitor se sinta afetado pela discussão, o que diminui a força argumentativa e afasta o texto da sua função. Como destaca Guedes, o bom texto é aquele que coloca o leitor frente a uma questão relevante, capaz de causar curiosidade e provocar o leitor à leitura. Entretanto, quando essa provocação não está presente, o texto se torna mais descritivo e expositivo, dificultando a construção de um vínculo com o leitor e o engajamento deste com o argumento apresentado.

5 Análise de redações

As redações analisadas neste trabalho foram produzidas em setembro de 2024, no contexto da disciplina de Redação⁷ em uma escola estadual localizada na região central da cidade de Porto Alegre. Os alunos tiveram, nos meses anteriores à produção, aulas sobre a composição do texto modelo ENEM, assim como conheceram todas as competências exigidas pela banca de avaliação.

Para a escrita, foi utilizada uma proposta autoral de redação (ANEXO A), com delimitação temática “Desafios da maternidade no contexto da política: a importância de ocupar espaços para reduzir desigualdades”. Essa proposta é similar ao modelo de propostas do ENEM, que sempre aborda um problema social existente, mas que geralmente não tem visibilidade na sociedade, evidenciando um grupo que ocupa um espaço de invisibilidade.

No contexto dessa proposta, foram escritas 63 redações por cinco turmas de terceira série do ensino médio. A produção dos textos aconteceu no terceiro trimestre letivo de 2024 e foi entregue no dia 21 de outubro de 2024. Os alunos escreveram as redações em casa, após a proposta ser lida e discutida em sala de aula. Durante a discussão, alguns alunos fizeram perguntas para nortear seus projetos de texto, questionando sobre quais argumentos e repertórios seriam possíveis para o tema em questão. Na escrita desses textos, o conteúdo da disciplina relativo à redação ENEM já tinha sido finalizado, então os alunos conheciam a estrutura textual completa, bem como as exigências específicas da banca, como repertório, proposta interventiva, quantidade de conectivos necessária etc.

As qualidades discursivas, apresentadas por Paulo Coimbra Guedes, serão analisadas a partir de exemplos dessas redações, averiguando se os textos dos alunos podem ser aperfeiçoados a partir dessas qualidades ou, ainda, se nos textos em que elas se fazem presentes há um melhor resultado também das competências avaliativas do ENEM. A partir de cada uma delas, serão feitas duas análises, uma avaliando o bom desempenho dessa qualidade na redação e outra avaliando o quanto a falta do emprego dela afeta o texto.

Além da análise das redações conforme as qualidades discursivas, será feita uma breve avaliação dos textos conforme a banca do ENEM. Para essa avaliação, as médias apresentadas irão classificar os textos em um nível exato das competências ou fazer uma construção parcial, entendendo que em relação ao critério analisado seria possível mais uma decisão avaliativa.

5.1 Qualidade da unidade temática

A redação número 1⁸ (ANEXO B) apresenta o tema proposto de forma específica, atendendo seu recorte. Para iniciar a discussão, a aluna traz a Constituição Federal⁹ como

⁷ Como descrito no item 3.1, a disciplina de Redação criada em 2024 pela SEDUC tem como propósito apenas o aprofundamento do estudo da redação do Enem. Assim, embora a disciplina se intitule Redação, o manual de orientação ao professor utiliza o termo Redação - Aprofundamento Enem.

⁸ As flexões de gênero ao se referir aos alunos que escrevem os textos serão feitas, mas, para que a identidade dos alunos seja preservada, os textos serão identificados como “redação número”, contribuindo para uma melhor compreensão e organização da análise.

⁹ O uso da Constituição Federal é um recurso comum utilizado pelos estudantes nos textos produzidos no padrão do Enem. Como os temas abordam problemas sociais que afetam grupos específicos, a Constituição oferece uma base sólida para argumentar que tais problemas violam direitos constitucionais e, por isso, demandam análise e solução. Por um lado, esse recurso é positivo, já que ele incentiva o estudante a conhecer melhor as leis constitucionais que regem o país. Por outro, pode limitar a variedade na articulação de repertório, tornando os textos excessivamente dependentes de um único tipo de referência e limitando os alunos aos protótipos de redação já mencionados anteriormente.

repertório sociocultural, contextualizando o tema a partir da ideia de que há um direito à proteção à maternidade garantido pela Constituição, mas explica que o problema temático, associado aos desafios encontrados pelas mães no contexto político, evidencia a falta do atendimento a esse direito. Ademais, na introdução são antecipadas duas ideias secundárias em relação ao tema, entendidas como argumentos de causa do problema temático: a visão sociocultural do papel das mulheres e a negligência governamental em não promover a proteção da maternidade, conforme garantido pelo direito constitucional anteriormente mencionado. Ambas as ideias são aprofundadas, ainda que de forma rasa, nos parágrafos de desenvolvimento que se seguem à introdução, de forma que o argumento é explicado e relacionado ao tema. Por fim, na conclusão é apresentada uma proposta interventiva completa e associada ao problema temático. Assim, de modo geral, há uma unidade temática empregada na redação.

Em relação à avaliação das competências, a redação número 1 fica no nível 3 (120 pontos) da competência 1, apresentando um número considerável de desvios gramaticais. Na C2, o texto fica no nível 5 (200 pontos), uma vez que a redação atende a tipologia e a proposta temática e a Constituição Federal se qualifica como um repertório legitimado, pertinente e produtivo, valendo como o repertório avaliado para esse texto. Sobre a C3, os desenvolvimentos não são suficientes para a construção de argumentos sólidos, ficando algumas lacunas, então a nota permanece no nível 3 (120 pontos). Com relação a C4, há uma quantidade expressiva e diversificada de conectivos, utilizados de forma correta, então a nota fica no nível 5 (200 pontos). Na proposta de intervenção, todos os elementos são apresentados, deixando a nota da C5 também no nível 5 (200 pontos). Com base nessa avaliação, a redação número 1 receberia uma pontuação média de 840 pontos.

A redação número 2 (ANEXO C), por sua vez, parece desconsiderar a especificidade do tema ao produzir o texto, que apesar de citar o recorte “política” na introdução, compõe uma redação que focaliza a discussão apenas nos desafios presentes na maternidade. O aluno produz dois desenvolvimentos com os argumentos da falta de flexibilidade na dupla jornada de mulheres mães e o acesso limitado a oportunidades de crescimento profissional que essas trabalhadoras enfrentam. Há, então, uma discussão muito mais focada nos desafios da maternidade no mercado de trabalho, do que na importância da presença de mulheres mães na política e da representatividade como forma de reduzir desigualdades. Ainda que o aluno desenvolva um ponto de vista sobre o problema temático e o defenda, é prejudicial à redação o abandono ao recorte específico do tema e o desenvolvimento de uma ideia secundária associada ao assunto, fazendo com que a unidade temática seja prejudicada na redação.

Na avaliação dos critérios do ENEM, a redação número 2 apresenta um problema de desenvolvimento do tema, mencionando-o apenas na introdução e na conclusão. Embora não seja considerado um tangenciamento¹⁰ do tema, deve ser aplicada uma penalização na C3, uma vez que há um problema de desenvolvimento do tema. Por apresentar alguns desvios gramaticais, a redação fica avaliada no nível 4 (160) pela C1. Acerca da C2, o aluno não apresenta, em momento algum do texto, um repertório sociocultural, o que deixa seu texto limitado ao nível 2 (80 pontos). Ainda que haja uma organização macroestrutural, o projeto de texto apresenta falhas estruturais em sua aplicação. Além disso, o desenvolvimento temático foi prejudicado pela falta de abordagem completa do tema, deixando, assim, o texto no nível 2 (80 pontos) da C3. A respeito da coesão textual, o aluno insere conectivos em alguns momentos do texto, mas no interior do desenvolvimento 1 se percebe a falta de coesão entre as frases apresentadas, o que torna possível um desconto na C4, deixando a avaliação no nível

¹⁰ Tangenciamento na redação do ENEM é uma “fuga parcial” do tema. Acontece quando o candidato faz apenas uma abordagem parcial associada ao assunto mais amplo ao qual o tema está vinculado. A tangência deixa o texto do aluno limitado ao nível 1 (40 pontos) nas competências 2, 3 e 5.

4 (160 pontos). Por fim, na proposta de intervenção, apenas um elemento válido é identificado: a ação. O aluno aponta a necessidade da criação de políticas públicas para a resolução do problema, mas não apresenta os outros elementos necessários para um bom desempenho na C5, o que limita sua avaliação ao nível 1 (40 pontos). O texto em questão receberia uma pontuação média de 520 pontos nos parâmetros avaliativos do ENEM.

A redação número 2 recebeu um desconto maior do que a redação número 1 na competência 3. Isso se deve, sem dúvidas, também à diferença entre os dois textos ao desempenhar a unidade temática. Na redação número 1, ainda que a nota da aluna na competência 3, principal responsável pela avaliação do desenvolvimento temático, tenha recebido desconto de dois níveis, a boa aplicação da unidade temática no texto ajudou a nota dessa competência ao que se refere ao projeto de texto estratégico, pois ela consegue desenvolver o tema apresentando argumentos secundários, mas sem se afastar da discussão principal. Isso evidencia que a unidade temática enquanto qualidade pode melhorar o desempenho dos alunos no texto. O mesmo não acontece na redação número 2, que foca no desenvolvimento de ideias secundárias e não demonstra unidade.

5.2 Qualidade da objetividade

Na redação número 3 (ANEXO D), a objetividade está bem desempenhada. Fica claro logo na primeira frase que o redator falará sobre o tema da maternidade na política, ao iniciar o texto partindo de um repertório pertinente: o livro “Revolução Laura”, que narra a experiência desafiadora da política Manuela d'Ávila ao vivenciar a maternidade em seu contexto de trabalho, majoritariamente composto por homens, sob o ponto de vista de uma mulher que já foi vereadora, deputada federal e estadual e candidata a vice-presidente do Brasil.

O aluno usa a fala da ex-deputada para ilustrar os desafios presentes no cenário político para mulheres mães, trazendo em seu ponto de vista os argumentos de que a maternidade é marginalizada no contexto político e que a desigualdade de gênero no país é a responsável pelo problema. Dentro dos dois desenvolvimentos, o aluno aprofunda cada uma dessas ideias a partir de exemplificações, explicações e repertórios. Esse apontamento é construído com clareza e objetividade, evidenciando que em relação a essa qualidade o texto está bem escrito.

Para o Enem, a redação número 3 poderia receber desconto de um nível, permanecendo em 160, nas competências 1 e 3, por apresentar equívocos gramaticais e algumas lacunas de explicação. No entanto, o aluno ficaria no nível máximo (200 pontos) nas competências 2, 4 e 5, tendo uma média de 920 pontos no seu texto.

A redação número 4 (ANEXO E) não aponta uma delimitação clara da questão temática a ser discutida, de forma que o leitor sente dificuldade em entender o ponto de vista que o redator se propõe a defender dentro do texto, por isso se percebe a falta da qualidade da objetividade. O texto inicia afirmando que as mulheres sempre tiveram um papel importante na política, embora fossem subestimadas, contudo o porquê desse lugar de importância ou problematização da posição subestimada não são tópicos retomados e questionados no restante do texto, carecendo de fundamentação.

O texto traz também exemplos de mulheres presentes na política (Michele Obama e Jacinda Ardern), mas eles não são desenvolvidos nem contextualizados, deixando o leitor sem entender como esses casos se relacionam diretamente com a temática central. Além disso, há

menções a “preconceito e discriminação” e à importância do apoio institucional, mas sem indicar quais são os dados, fontes ou situações concretas que sustentam essas afirmações.

É possível perceber que o aluno faz várias afirmações a respeito da importância de as mulheres ocuparem espaços políticos e dos desafios presentes na maternidade, mas o texto não progride de forma a problematizar a questão em si a partir de um ponto de vista único e bem determinado. Portanto, a redação aborda o tema com intencionalidade, mas sua objetividade é limitada pela ausência de fundamentação e da delimitação mais clara do ponto de vista.

Nos critérios do ENEM, esse texto poderia ficar no nível 5 (200 pontos) da C1, já que não apresenta um número de desvios considerável para desconto. Por não apresentar repertório legitimado, a redação ficaria no nível 2 (80 pontos) da C2. Na competência 3, a falta de um ponto de vista bem determinado e a ausência de progressão temática poderiam deixar a redação no nível 2 (80 pontos) ou 3 (120 pontos). Em relação à C4, há uma repetição da conjunção “embora”, além da ausência de elementos conectivos no interior e entre os parágrafos, o que deixa a nota limitada ao nível 3 (120 pontos). Por fim, é possível perceber, no final do texto, um movimento de intervenção destacando a importância do apoio institucional para uma resolução do problema temático, contudo mesmo que essa seja considerada uma ação para a proposta, a ausência dos outros elementos deixaria a C5 limitada ao nível 1 (40 pontos). Logo, a média de avaliação da redação número 4 seria 540 pontos.

Essa discrepância no critério da objetividade entre as redações número 3 e 4 reflete diretamente na competência 3, que avalia a progressão do tema e a manutenção de um ponto de vista consistente ao longo da redação. Enquanto a redação número 3 demonstra uma boa articulação das ideias e clareza, a número 4 falha em apresentar uma linha de raciocínio bem definida, o que impacta negativamente na sua nota.

5.3 Qualidade da concretude

Antes das análises individuais, julgo importante pontuar que, entre as quatro qualidades discursivas, a concretude pode ser considerada a mais desafiadora para os estudantes. Até mesmo os textos mais bem escritos para os padrões da banca apresentam, muitas vezes, falhas de concretude, principalmente pela ausência de exemplificações e ilustrações que tornem a argumentação mais concreta para o leitor.

A redação número 5 (ANEXO F) foi a escolhida para ser objeto de análise da concretude tanto de forma positiva quanto negativa. Olhando especificamente para o primeiro parágrafo de desenvolvimento (linhas 8 a 16), a aluna consegue aplicar essa qualidade de forma satisfatória. Ao apontar o argumento da falta de suporte que as mulheres enfrentam ao tentar conciliar carreira e maternidade, ela escreve na sequência: “Para ilustrar, temos o caso da ex-primeira-ministra Jacinda Arden, que, ao enfrentar dificuldades como mãe no cargo, tornou-se um símbolo de luta.”¹¹. Esse trecho, desde o uso do conectivo “para ilustrar”, evidencia o aspecto concreto da argumentação feita, que se preocupa em não apenas apontar um argumento associado ao tema, mas também ilustrar essa explicação, tornando a argumentação mais clara e facilitando a compreensão textual.

Por outro lado, a redação número 5 apresenta também uma falha associada à falta de concretude. O exemplo pode ser verificado nas linhas 19 e 20, quando a aluna menciona a desigualdade de gênero, indicando que há um preconceito referente à capacidade e à

¹¹ Trecho corrigido. No anexo é possível verificar que a aluna apresentou equívocos gramaticais.

competência profissional da mulher, mas não ilustra como essa discriminação se manifesta de forma concreta a partir de exemplos. Nesse contexto, exemplificações como diferença salarial e ausência significativa de mulheres em cargos de liderança seriam formas de tornar concreta a explicação, sem que o leitor precise preencher essa lacuna e interpretar como a discriminação é presente no âmbito profissional.

Para o ENEM, a redação número 5, por apresentar muitos desvios gramaticais, ficaria no nível 3 (120 pontos) da C1. Na C2, o desempenho seria classificado no nível 5 (200 pontos), já que há uma referência ao pensamento da filósofa Simone de Beauvoir, que se qualifica como repertório. Para avaliar a C3 é importante considerar que, ainda que haja um projeto de texto, o desenvolvimento das ideias em alguns momentos fica prejudicado, como na lacuna de explicação presente no segundo parágrafo de desenvolvimento. Essa presença de lacuna no desenvolvimento limita a nota da C3 ao nível 4 (160 pontos). Sobre a C4, a redação não apresenta equívocos associados à coesão ao analisar os elementos conectivos e sua adequação, no entanto as repetições de termos como “mães” e “maternidade” e do conectivo “além disso” (linhas 4 e 17) podem ser consideradas nocivas. Assim, a nota poderia ficar entre os níveis 4 e 5 (180 pontos). Acerca da C5, há uma proposta de intervenção e nela são identificados os elementos agente, ação, finalidade e detalhamento, o que indica que a ausência do elemento “modo/meio” deixaria a avaliação dessa competência no nível 4 (160 pontos). A média total para o texto número 5 seria, então, 820 pontos.

A concretude impacta diretamente na competência 3, que avalia a progressão do tema e a manutenção de um ponto de vista consistente. Quando o texto falha em ilustrar seus argumentos de maneira concreta, ele pode perder o foco, enfraquecendo o desenvolvimento do tema. Portanto, para alcançar uma boa pontuação, o candidato deve não apenas apresentar ideias relevantes, mas também ilustrá-las com exemplos e explicações que ajudem a tornar os conceitos e argumentos mais tangíveis e compreensíveis. Entendemos, assim, a concretude como um fator essencial aos textos produzidos para o ENEM.

5.4 Qualidade do questionamento

A redação número 6 (ANEXO G) foi selecionada para destacar a presença do questionamento no texto e sua importância. A aluna inicia o texto afirmando que a Constituição garante o direito à igualdade, mas analisando o problema temático há uma sub-representação feminina na política e no mercado de trabalho, em especial de mulheres-mães, o que torna evidente que o direito não é efetivo na prática. Sobre isso, ela aponta a crucial importância de discutir o preconceito de gênero e a ausência de políticas públicas pensadas para esse problema, fatores que compõem o ponto de vista da aluna sobre o tema. Logo na introdução a questão-problema a ser explorada é apresentada, deixando evidente a existência de questionamento. Ao analisar o desenvolvimento, percebe-se que os argumentos e fatos apresentados também contribuem para o envolvimento do leitor no desdobramento do problema, o que também acontece na conclusão, que sugere uma intervenção diretamente ligada ao tema e preocupada em resolver tanto o preconceito de gênero quanto a falta de políticas públicas.

Esse é um texto que apresenta bom desempenho na maioria das competências do ENEM. Não há um número de desvios gramaticais considerável para desconto, então a C1 ficaria no nível 5 (200 pontos). Acerca da C2, o uso da Constituição Federal torna o repertório legitimado, pertinente e produtivo, deixando a nota no nível 5 (200 pontos). Na competência 3, o projeto de texto apresenta falhas como a abordagem da negligência governamental no

primeiro desenvolvimento, argumento que não estava apresentado no ponto de vista trazido na introdução, mas que durante a leitura do parágrafo de desenvolvimento surge como uma razão do preconceito de gênero (argumento citado na introdução); e a menção aos textos motivadores, na linha 17, de forma direta quando a aluna escreve “o texto I aborda a predominância masculina na política”. A menção ao texto motivador feita dessa forma configura uma falha, pois esse, se referenciado, deve ser mencionado a partir de sua fonte, esclarecendo ao leitor a informação de forma contextualizada. A C4 é avaliada no nível 5 (200 pontos), já que o texto não apresenta equívocos relacionados à coesão. Sobre a C5, a proposta é pertinente e várias ações são apresentadas, mas o elemento “meio” não fica claramente identificado, o que deixa a nota limitada ao nível 4 (160 pontos).

A redação número 7 (ANEXO H), por sua vez, inicia apontando uma problemática (a menor presença de mães no mercado de trabalho e a negligência governamental em relação aos direitos das mães), mas, sem indicar uma situação-problema que realmente provoque curiosidade e engajamento, não a apresenta de forma a provocar o leitor. Embora o texto apresente um dado importante, pontuando a diferença na porcentagem de mulheres com e sem filhos empregadas, ele não é explorado para sustentar um questionamento ou abrir espaço para uma reflexão mais ampla. A ausência de questionamento pode ser verificada, ainda, pela falta de esforço em contextualizar o leitor acerca do recorte temático, já que o tema central não fica claro em nenhum trecho do texto.

Nos parâmetros do ENEM, o texto seria classificado no nível 3 (120 pontos) da C1, já que apresenta diversos equívocos gramaticais e parágrafos compostos por períodos únicos. O único repertório utilizado foi retirado dos textos motivadores, o que qualifica uma falta de legitimação do repertório, deixando a nota da C2 no nível 2 (80 pontos). Acerca da avaliação da C3, o projeto de texto pode ser percebido de forma bem sutil, ao notar que o aluno faz o movimento de anunciar os argumentos na introdução e organiza cada desenvolvimento para retomá-los. Entretanto, a ausência do recorte temático, de um questionamento claro na introdução, de desdobramento das ideias e de uma estrutura textual estratégica deixa a nota do aluno entre os níveis 2 e 3 (100 pontos). Na C4, há uma tentativa de aplicar a coesão, já que o aluno insere elementos conectivos no início dos parágrafos, porém esse uso é genérico e inadequado para garantir fluidez e progressão textual. Assim, por demonstrar um uso limitado de recursos coesivos, a redação ficaria no nível 3 (120 pontos). Por fim, o aluno apresenta como proposta: "deveria haver mais mulheres com filhos inseridos na política, pois, assim, haveria mais investimentos na área da educação, abrindo mais vagas em creches, oportunizando mais inclusão no mercado de trabalho"¹². Embora a intenção de sugerir uma solução exista, a proposta apresenta sérias falhas, como o fato de a ação ser vaga e de não haver um agente claro. A avaliação dessa competência ficaria limitada ao nível 1 (40 pontos), e o texto receberia uma avaliação média de 460 pontos.

O questionamento permite que o redator apresente uma análise crítica do tema, evidenciando a relevância do problema abordado e convidando o leitor a refletir sobre ele. No ENEM, a competência 3 avalia, entre outros aspectos, a progressão do tema e a manutenção de um ponto de vista claro e consistente, o que está diretamente relacionado à presença de um questionamento inicial que guie o desenvolvimento do texto e promova o engajamento do leitor. Isso mostra que essa qualidade discursiva também faz parte dos critérios que compõem um bom resultado na avaliação da competência 3.

Considerações finais

¹² Trecho corrigido. No anexo é possível verificar que o aluno apresentou equívocos gramaticais.

A análise dos textos revelou que os alunos encontram algumas dificuldades em desenvolver aspectos como unidade temática, objetividade, concretude e questionamento, o que impacta diretamente suas notas, usando como exemplo o modelo dissertativo-argumentativo do ENEM. Os textos que apresentaram as qualidades discursivas com maior eficácia alcançaram também melhores resultados nas competências avaliativas do ENEM, especialmente na aplicação da competência 3, responsável por avaliar o desenvolvimento temático. Isso mostra o potencial das qualidades como um ponto de partida para ensinar e aprender a escrever.

Os resultados obtidos indicam que textos que apresentam melhor unidade temática e clareza na progressão das ideias tendem a alcançar melhores notas na competência 3, responsável pela avaliação do desenvolvimento argumentativo. Além disso, a concretude e o questionamento são aspectos que fortalecem a argumentação e promovem um maior engajamento do leitor, favorecendo a construção de textos mais críticos e expressivos. Isso evidencia que o ensino da escrita não deve se limitar à aplicação de modelos pré-formatados, mas sim estimular a construção autoral do discurso.

Diante dessas constatações, torna-se fundamental repensar as práticas pedagógicas voltadas ao ensino da produção textual. Estratégias como a análise crítica de textos exemplares, a reescrita orientada e a problematização de temas a partir de diferentes perspectivas podem contribuir para que os alunos desenvolvam maior autonomia e compreensão sobre a escrita. Além disso, a valorização do processo de construção textual, com um olhar mais atento para as qualidades discursivas, pode minimizar o uso excessivo de fórmulas prontas e incentivar uma escrita mais fluida e reflexiva.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de novas investigações sobre o impacto das qualidades discursivas não apenas na redação do ENEM, mas em outros gêneros textuais exigidos no meio acadêmico e profissional. A reflexão sobre o ensino da escrita deve ser contínua, acompanhando as mudanças sociais e educacionais, para garantir que os estudantes não apenas escrevam bons textos para avaliações, mas desenvolvam uma competência discursiva sólida para sua formação cidadã.

Referências

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática*: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Apresentação dos Resultados do ENEM 2023*. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/resultados/2023/apresentacao_resultados.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A Redação do Enem 2023*: cartilha do participante. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2023_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *A redação no ENEM 2024*: cartilha do participante. 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2024_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Avaliação e Exames Educacionais: ENEM*. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>.
Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Enem: sinopses estatísticas*. 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>.
Acesso em: 29 nov. 2024.

GUEDES, Paulo Coimbra. *Da redação à produção textual: o ensino da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. *Caderno de redação: Ensino Médio Gaúcho*. Porto Alegre: Secretaria da Educação, 2024. Disponível em:
https://ensinomediogaicho.educacao.rs.gov.br/doctos/caderno_redacao.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

ANEXOS

ANEXO A: Proposta de redação



REDAÇÃO ENEM

INSTRUÇÕES:

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação com cópia dos textos da Proposta ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
 - 4.4. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada ao tema proposto.

TEXTO I

Em 2021, a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL) enfrentou uma batalha de narrativas, quando tirou licença-maternidade após dar à luz a seu filho. Ela precisou usar suas redes sociais para explicar o motivo de não ter participado das sessões na Câmara. O problema surgiu quando nos painéis de votação constava apenas a informação da sua ausência na sessão, levantando dúvidas se ela optou por não se posicionar sobre determinado tema ou se simplesmente não compareceu. Diante disso, Sâmia enviou um pedido à Mesa Diretora da Câmara para que fosse indicado nos painéis de votação do plenário e nas comissões quando uma parlamentar estivesse de licença-maternidade. Essa luta pela licença-maternidade na Câmara é antiga, uma vez que até 1993 as parlamentares não tinham o direito de usufruir dessa a licença e precisavam recorrer a outras formas de afastamento, como o auxílio-doença.

(Disponível em:

<https://elasnopoder.org/blog/maternidade-em-ambientes-politico-s/>. Acesso em: 24/09/2024

TEXTO III

Diversos fatores dificultam a aprovação de políticas públicas para a maternidade. Um deles é a predominância masculina nos espaços políticos, onde os homens, geralmente, não assumem responsabilidades com o cuidado das crianças. Isso reflete-se até no horário das sessões parlamentares, que vão das 16h às 2h. Em um país desigual, a maioria dos homens não participa da rotina de cuidado, como buscar os filhos na escola. Além disso, o capitalismo perpetua a invisibilidade desse trabalho. A pandemia evidenciou que a única instituição que compartilha essa responsabilidade com as mulheres é a escola. O preconceito também impede avanços: o desemprego materno entre mães de crianças de 0 a 3 anos é alto, pois essa faixa etária não é amparada pelo sistema educacional brasileiro.

(Adap. de site Sul21. Disponível em: Sul21. Acesso em: 26/09/2024.)

TEXTO II



(Adap. do site Politize. Disponível em: jornalismoesca.com. Acesso em: 26/09/24.)

TEXTO IV

As mulheres, mesmo sendo a maior parcela da população brasileira, com 51%, nas eleições municipais de 2020 elegeram apenas 12% de prefeitas. O número de vereadoras eleitas foi de apenas 16%. No pleito de 2022, apenas 18% das cadeiras nas assembleias legislativas foram levadas por mulheres. No Congresso Nacional, deputadas federais e senadoras também ocupam somente 18% das vagas. Há poucas informações sobre quantas dessas mulheres são mães, mas sabemos que todas nós precisamos de alguma forma conciliar as atividades de cuidado da família com a atividade política.

(Adap. do site Mídia Ninja. Disponível em MídiaNinja/. Acesso em 26/09/2024.)

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios da maternidade no contexto da política: a importância de ocupar espaços para reduzir desigualdades”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

ANEXO B: Redação número 1

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		200	160	120	80	40	0
C1	Gramática; emprego do registro formal da língua portuguesa.						
C2	Tipologia textual; Repertório legitimado, pertinente e produtivo.						
C3	Desenvolvimento do tema; Projeto de texto; Ponto de vista; Estrutura.						
C4	Coesão e coerência; Conectivos; Repetição de palavras.						
C5	Proposta de intervenção com agente, ação, meio, finalidade e detalhamento.						

1	A constituição federal de 1988, documento jurídico
2	mais importantes do país, prevê em seu artigo 6º o direito
3	a proteção a maternidade como inerente a todo cidadão
4	brasileiro. Porém, os desafios da maternidade na política e
5	suas consequências, como a falta de espaço nas mu-
6	lheres na política, interferem no sistema democrático e
7	inclusivo do Estado Brasileiro. Dessa forma, para mediar a
8	conjuntura é imprescindível enunciar os pilares da adversidade: fatores
9	sociais e a inércia governamental.
10	Diante desse cenário, é preciso explorar o quesito sociocul-
11	tural e as suas implicações na temática. De acordo com Pierre
12	Bourdieu "Não há democracia efetiva sem um verdadeiro crítico". Sob
13	tal perspectiva, no Brasil, a possibilidade na reflexão crítica da brasileira
14	sobre o cenário machista que favorece e prioriza os homens e desmo-
15	tiva mulheres a ingressar na política sendo mães.
16	Ademais, convém destacar as falhas estruturais. A esse respeito,
17	John Rawls, na Teoria do Pacto Social, enfatiza o Estado como Mar- dor do bem-estar coletivo. Contudo, os impactos da falta do direito da
18	proteção a maternidade contrastam com a tese do autor, uma
19	vez que o governo do Brasil não demonstra preocupação.
20	Portanto, entende-se que os desafios da maternidade na política é
21	um obstáculo intrínseco de raízes culturais e governamentais.
22	Logo o ministério das Comunicações, por intermédio da participação
23	de programas midiáticos de alta audiência, deve discutir e elucidar
24	o assunto, com o objetivo de mostrar as principais sequelas
25	do problema e, de forma detalhada vai convidar mais mulheres
26	e mães para apresentar uma visão crítica e orientar os especta-
27	dores a respeito do impasse discutido.
28	
29	
30	

ANEXO C: Redação número 2

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS							
		200	160	120	80	40	0
C1	Gramática; emprego do registro formal da língua portuguesa.						
C2	Tipologia textual; Repertório legitimado, pertinente e produtivo.						
C3	Desenvolvimento do tema; Projeto de texto; Ponto de vista; Estrutura.						
C4	Coesão e coerência; Conectivos; Repetição de palavras.						
C5	Proposta de intervenção com agente, ação, meio, finalidade e detalhamento.						

1	De início pode-se observar que há uma grande desigualdade
2	e uma gama de desafios na maternidade, que se sofre no contexto Polí-
3	tico. Os principais problemas evidenciados nessa situação se referem à
4	falta de flexibilidade no trabalho com a dupla jornada e ao
5	acesso limitado à oportunidades de desenvolvimento.
6	Nessa lógica, observa-se a falta de flexibilidade no traba-
7	lho com a dupla jornada enfrentada, é uma situação que
8	abala e atrapalha em toda a rotina de quem está passando
9	pela maternidade. Após passarem por toda rotina de
10	trabalho durante o dia, ao chegar em casa ainda tem
11	que cuidar do seu filho e fazer todos seus afazeres,
12	acabando por se sobrecarregar.
13	Em segunda análise, ao observar o acesso limitado
14	à oportunidade de desenvolvimento, se vê claramente uma desigualdade
15	quando se está na maternidade. Isso pode ocorrer muitas vezes
16	pelo preconceito que sofrem no mercado de trabalho, só por
17	estarem passando por esse momento, tendo uma discriminação
18	pelos empregadores que são seus futuros contratantes, assim, acabam
19	não tendo tantas oportunidades diferentes de outras pessoas
20	Desse modo, todo o contexto que a mulher que está na
21	maternidade passa, observa-se que ainda faltam diversos parâ-
22	metros que podem ser mudados para uma melhor inserção e
23	permanência dela no mercado de trabalho. Portanto, para poder
24	manter essas pessoas bem, nesse meio, é importante ter
25	mais políticas que ajudem nisso e empregos mais flexí-
26	veis que se encaixem na rotina dela durante a mater-
27	nidade.
28	
29	
30	

ANEXO D: Redação número 3

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	200	160	120	80	40
Gramática: emprego do registro formal da língua portuguesa.					
Interpretação da proposta do tema: Respeito à tipologia; Embasamento.					
Desenvolvimento do tema: Projeto de texto; Ponto de vista; Estrutura.					
Coesão e coerência: Conexivos; Repetição de palavras					

1 No livro "Revolução Laura" escrito por Manuela D'Ávila, é retratado o período
2 de maternidade da autora na política entre 2017 e 2018, destacando o
3 quão hostil e machista é o parlamento com mulheres. Apesar dos esfor
4 ços feitos por Manuela, os desafios da maternidade no contexto político
5 ainda são uma realidade na sociedade atual. Tal cenário nefasto persiste
6 tanto pela marginalização da maternidade sob uma ótica política quanto
7 pela desigualdade de gênero.

8 Em primeiro lugar, é preciso explorar o quesito sociocultural e suas im
9 plicações na temática. Platão, em "A República", defendeu que as mulheres de
10 veriam ter acesso à mesma educação e funções sociais que os homens. No
11 entanto, ao olharmos o Brasil sob essa perspectiva, vemos que essas ide
12 ias não se concretizam nas relações parlamentares, como na Câmara
13 dos Deputados. Conseqüentemente, as desigualdades de gênero servem de
14 base para a dificuldade de acesso das mulheres à política, refletindo desi
15 gualdades presentes no parlamento e na sociedade.

16 Ademais, convém destacar que as políticas públicas são feitas em mai
17 oria por homens no parlamento. Simone de Beauvoir, em "O Segundo Sexo",
18 argumenta que as mulheres são historicamente oprimidas ao serem redu
19 zidas ao papel de "outro". Contudo, essa exclusão não marginaliza apenas
20 as mulheres, mas também limita a criação de políticas que atendam às
21 suas necessidades, como licença-maternidade e creches. A participação fe
22 minina na política é crucial para trazer uma perspectiva mais inclusiva e equi
23 litária, ampliando o debate sobre questões que afetam diretamente a vida.

24 Portanto, os desafios da maternidade no contexto político são obstáculos intri
25 nsecos, com raízes culturais e governamentais. O Ministério da Comunicação, por
26 meio de programas midiáticos de alta audiência, deve discutir o tema, elucidando
27 os principais sequelas desse problema. Para isso, convidará a ex-deputada Manuela
28 D'Ávila op para apresentar uma visão crítica e orientar os espectadores com es
29 sas ações assim como Platão defendeu a igualdade entre homens e mulheres e Simo
30 ne de Beauvoir em "O Segundo Sexo" a sociedade poderá garantir uma vida digna.

ANEXO E: Redação número 4

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		200	160	120	80	40	0
C1	Gramática; emprego do registro formal da língua portuguesa.						
C2	Tipologia textual; Repertório legitimado, pertinente e produtivo.						
C3	Desenvolvimento do tema; Projeto de texto; Ponto de vista; Estrutura.						
C4	Coesão e coerência; Conectivos; Repetição de palavras.						
C5	Proposta de intervenção com agente, ação, meio, finalidade e detalhamento.						

1	As mulheres sempre tiveram um papel importante na política, embora frequentemente
2	se subestimado. A luta por igualdade de direitos continua, e a maternidade é
3	muitas vezes vista como um obstáculo para aquelas que desejam ingressar nos
4	seus espaços.
5	Cada vez mais mulheres estão rompendo barreiras na política, como Michelle
6	Obama e Jacinda Ardern, trazendo novas perspectivas. A maternidade, embora
7	desafiadora, não impede seu engajamento, mas ainda é vista com preconceito
8	e discriminação.
9	É essencial que mulheres ocupem espaços políticos para reduzir desigualdades
10	e implementar políticas que beneficiem mães, como licenças parentais e creches
11	acessíveis. Diferentes visões sobre a maternidade na política mostram que, apesar
12	dos desafios, ela pode enriquecer a liderança.
13	Embora a maternidade apresente desafios na política, ela também oferece oportu-
14	nidades para promover mudanças. O apoio institucional é crucial para garantir
15	que mães possam ocupar espaços de liderança e contribuir para a transformação
16	social.
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ANEXO F: Redação número 5

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		200	160	120	80 ¹	40	0
C1	Gramática; emprego do registro formal da língua portuguesa.						
C2	Tipologia textual; Repertório legitimado, pertinente e produtivo.						
C3	Desenvolvimento do tema; Projeto de texto; Ponto de vista; Estrutura.						
C4	Coesão e coerência; Conectivos; Repetição de palavras.						
C5	Proposta de intervenção com agente, ação, meio, finalidade e detalhamento.						

1 A MATERNIDADE TRAZ MUITAS RESPONSABILIDADES, QUE QUANDO COM-
 2 BINADAS À ATUAÇÃO NA POLÍTICA, RESULTAM EM DESAFIOS MAIORES
 3 AINDA. É NOTÁVEL QUE O ESPAÇO POLÍTICO, DOMINADO POR HOMENS,
 4 CRIA BARREIRAS ÀS MULHERES, PRINCIPALMENTE ÀS MÃES. ALÉM
 5 DISSO, A FALTA DE POLÍTICAS DE APOIO E A DISCRIMINAÇÃO CONTRA
 6 AS MÃES EM CARGOS POLÍTICOS DIFICULTAM A PARTICIPAÇÃO FEMINI-
 7 NA NA POLÍTICA.
 8 PRIMEIRAMENTE VALE RESSALTAR QUE O PRINCIPAL DESAFIO PARA AS MULHERES
 9 NA POLÍTICA É A FALTA DE SUPORTE PARA CONCILIAR A MATERNIDADE E A
 10 CARREIRA. NÃO À DÚVIDAS QUE AS INSTITUIÇÕES RARAMENTE OFERCEM
 11 ESTRUTURAS DE APOIO, COMO CRECHES E LICENÇAS. PARA ILUSTRAR TEMOS
 12 O CASO DA EX PRIMEIRA MINISTRA JACINDA ARDEN, QUE AO ENFRENTAR DIFI-
 13 CULDADES COMO MÃE NO CARGO, SE TORNOU UM SÍMBOLO DE LUTA. POR ISSO
 14 SUA JORNADA NOS MOSTROU A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO CAMPO POLI-
 15 TICO, COMO ESPAÇOS DE APOIO PARA MULHERES QUE DEZEJAM INGRESSAR
 16 NA POLÍTICA SEM ABRIR MÃO DA MATERNIDADE.
 17 ALÉM DISSO, AS MÃES ENFRENTAM PRECONCEITOS REFERENTE A SUA
 18 COMPETÊNCIA E CAPACIDADE PROFISSIONAL, ALGO QUE RARAMENTE É FEI-
 19 TO COM HOMENS EM CARGOS PARECIDOS. LOGO ESSA AFIRMAÇÃO, COMO DESTA-
 20 CADA PELA FILÓSOFA SIMONE DE BEAUVOIR, QUE DEFENDIA QUE A IGUALDADE
 21 DE GÊNERO SÓ SERIA ALCANÇADA SE HOUVESSE MULHERES EM CARGOS POLÍTI-
 22 COS, MOSTRA QUE A EXCLUSÃO DAS MULHERES NO PODER. PRECISA SER MUDA-
 23 DA PARA QUE A IGUALDADE DE GÊNERO SEJA ALCANÇADA.
 24 PORTANTO, É NECESSÁRIO QUE AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ADOTEM MEDIDAS CON-
 25 CRETAS DE APOIO À MATERNIDADE. CABE AO GOVERNO UTILIZAR MEIOS COMO
 26 A LEGISLAÇÃO E A CRIAÇÃO DE INCENTIVOS PARA PROMOVER ESSAS MUDANÇAS,
 27 A FIM DE GARANTIR A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NA POLÍTICA,
 28 REFLETINDO AS NECESSIDADES DE TODA A SOCIEDADE. ASSIM, AO GARANTIR A PRE-
 29 SENÇA DE MÃES NOS ESPAÇOS DE DECISÃO, CONSEGUIMOS AJUSTAR A DESIGUALDA-
 30 DE DE GÊNERO E CRIAR POLÍTICAS MAIS INCLUSIVAS.

ANEXO G: Redação número 6

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		200	160	120	80	40	0
C1	Gramática; emprego do registro formal da língua portuguesa.						
C2	Tipologia textual; Repertório legitimado, pertinente e produtivo.						
C3	Desenvolvimento do tema; Projeto de texto; Ponto de vista; Estrutura.						
C4	Coesão e coerência; Conectivos; Repetição de palavras.						
C5	Proposta de intervenção com agente, ação, meio, finalidade e detalhamento.						

1 A Constituição Federal de 1988 assegura que a igualdade de direitos entre homens e mulheres é
2 um direito de todos e um dever do Estado. No entanto, em nossa atual realidade brasileira,
3 a sub-representação feminina na política e no mercado de trabalho, em especial de mães, ~~se faz~~ Se
4 presente, impedindo a garantia desse direito constitucional. Nesse sentido, é crucial discutir,
5 como fatos que tornam o problema ^{Persistente} ~~persistente~~, o preconceito de gênero e a falta de
6 políticas públicas eficazes para conciliar maternidade e carreira.
7 De início, cabe salientar que a ineficiência governamental é uma das razões pelas quais o
8 problema ainda persiste. O filósofo libertário Barnett, em uma de suas análises críticas, pontua
9 que o Estado é incapaz de obedecer às suas próprias leis, sendo, assim, ineficiente como legislador.
10 Por mais que o governo implemente algumas medidas para atenuar essa desigualdade, como
11 cotas de gênero, isso ainda não é o suficiente para garantir a presença equilibrada
12 de mães na política, o que leva à consequência direta da exclusão de mulheres desse espaço de
13 poder. Assim, fica evidente que o descaso governamental contribui para a sub-representação
14 feminina nos cargos políticos.
15 Ademais, observa-se que a falta de políticas públicas de apoio à maternidade também é outra causa
16 da permanência desse problema. O educador Paulo Freire, em sua obra "pedagogia da oprimido", ressalta que uma
17 sociedade democrática e inclusiva deve abordar todas as formas de exclusão. Da mesma forma, o Texto 1
18 aborda a predominância masculina na política, reforçando como o cuidado das crianças, ainda visto
19 como uma responsabilidade majoritariamente feminina, dificulta a inserção de mães nesse cenário.
20 Dessa maneira, o tema da conciliação entre maternidade e carreira política ainda não é abordado de forma
21 suficiente, resultando em prejuízos diretos para a igualdade de gêneros nesses espaços.
22 Portanto, é necessário que a situação seja dissolvida. Para isso, o Governo Federal,
23 responsável por garantir a igualdade de direitos, deve implementar políticas públicas que
24 ofereçam suporte às mulheres mães na política, como creches e horários flexíveis, além
25 de garantir a licença-maternidade adequada sem prejuízo para a carreira dessas
26 mulheres. Paralelamente, é imprescindível discutir nas esferas educacionais e
27 políticas a importância da representatividade feminina, de modo que mais mulheres
28 possam ocupar espaços de poder, assim promover políticas mais justas e inclusivas.
29 Dessa forma, será possível reduzir as desigualdades e assegurar os direitos
30 constitucionais de mulheres e mães.

ANEXO H: Redação número 7

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		200	160	120	80	40	0
C1	Gramática; emprego do registro formal da língua portuguesa.						
C2	Tipologia textual; Repertório legitimado, pertinente e produtivo.						
C3	Desenvolvimento do tema; Projeto de texto; Ponto de vista; Estrutura.						
C4	Coesão e coerência; Conectivos; Repetição de palavras.						
C5	Proposta de intervenção com agente, ação, meio, finalidade e detalhamento.						

1	Tendo em vista que o presente de mães no mercado de trabalho é significativamente menor
2	que mulheres sem filhos não-rem, que o governo é negligente em relação aos direitos de
3	mães atuantes no político.
4	De início, segundo a site "jornalmarcial.com"
5	o índice de mães empregadas é de 55%, 12% a
6	menor do que mulheres sem filhos, sendo
7	que o número de mulheres no Brasil é de
8	164,500 milhões.
9	Secundariamente o estado é negligente com
10	as mulheres no político, como resultado
11	dessa falta evidente a falta de políticas
12	públicas de amparo a gestantes e em
13	período de maternidade.
14	Portanto deveria haver mais mulheres
15	com filhos inseridas no político, fariam mais
16	haveria mais investimentos na área de
17	educação abriria mais vagas em creches
18	aproveitando em mais inclusão no mercado
19	de trabalho
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	